

## PROJETO DE LEI Nº 6.272, DE 2005

Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996 e 11.098, de 13 de janeiro de 2005, 10.593, de 6 de dezembro de 2002; e dá outras providências.

## EMENDA Nº

Inclua-se no art. 33 a atribuição da seguinte redação aos arts. 10 e 11 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004:

"Art. 33. ....

.....  
*'Art. 10. A gratificação a que se refere o art. 4º desta Lei integrará os proventos de aposentadoria e as pensões no percentual previsto no caput daquele dispositivo.'* (NR)

*'Art. 11. As parcelas a que se referem os arts. 5º a 7º desta Lei serão atribuídas aos proventos e às pensões em montante correspondente ao somatório dos percentuais previstos no inciso I do art. 5º desta Lei e na parte final do inciso II do mesmo dispositivo.'* (NR)"

## JUSTIFICAÇÃO

Embora assegure que está respeitando o texto aprovado pela Câmara dos Deputados na discussão da Medida Provisória nº 258, de 2005, origem do projeto de lei que se pretende emendar, o Poder Executivo omitiu a atribuição do valor máximo da GIFA aos proventos de aposentados e às pensões. É unânime a opinião das lideranças no sentido de que esse aspecto do relatório do deputado Pedro Novais representou fator essencial para que se lograsse enviar a matéria à apreciação do Senado Federal. Retirá-lo importa no descumprimento do acordo celebrado em torno da medida provisória no âmbito da Câmara dos Deputados.

Ademais, trata-se apenas de reproduzir no direito posto entendimento que já se consolidou no âmbito do Poder Judiciário. Em sede de recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que gratificações decorrentes do desempenho individual ou institucional são vantagens de caráter geral, circunstância que determina a obrigatória extensão dos respectivos valores às pensões e aos proventos da inatividade (RE 397872-DF). Como o aposentado e o pensionista não podem seguir parâmetros de produtividade, a providência há de se efetuar pelo maior valor atribuído à vantagem, sob pena de não se dar consequência plena à

jurisprudência da Suprema Corte.

Por fim, não se verifica vício de origem na eventual aprovação da presente emenda. O Pretório Excelso já decidiu que não incide restrição constitucional sobre emendas parlamentares que tenham como propósito a preservação de tratamento paritário entre ativos e inativos (ADInMC 1835), partindo do pressuposto de que a aplicação de um comando constitucional não pode afastar a incidência de outro preceito igualmente inserido na Lei Maior.

Esclarecemos que a presente emenda foi sugerida pela Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias - ANFIP e, em face do exposto, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2005.

**ARNALDO FARIA DE SÁ**  
Deputado Federal - São Paulo  
Vice-Líder do PTB